



Cadastro no Siga

Data: 28/07/22

Tipo: _____

Visto: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

CAPA DE PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.901/2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2022

OBJETO: Solicitação de empresa na prestação de serviços para instalação de Câmeras de Segurança, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Transportes, por dispensa de licitação, através do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

EMPRESA: ZR SOLUÇÕES LTDA

CNPJ: 28.445.383/0001-20

VALOR GLOBAL: R\$ 3.904,00 (TRÊS MIL NOVECENTOS E QUATRO REAIS).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA

CNPJ Nº 13.654.454/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

002
RECEBIDO EM:
21/07/2022
Setor de Protocolo Pref. Mun. de
Formosa do Rio Preto - BA

Formosa do Rio Preto, 11 de julho de 2022.

PA: 1901/2022
DL: 054/2022
27/07

Ofício Nº 092/2022

Exmo Sr.

Manoel Afonso de Araújo

Prefeito Municipal de Formosa do Rio Preto

Assunto: Solicitação de prestação de serviço para instalação de Câmeras de Segurança na Secretaria Municipal de Transportes, por dispensa de licitação, através do Art. 24, II, da Lei 8 666/93.

Excelentíssimo Prefeito,

Solicitamos de Vossa Excelência, em carácter de urgência, serviço de instalação de Câmeras de Segurança abaixo descritos para manter seguros e conservados as instalações e o patrimônio público que são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Transportes.

O referido serviço de instalação de Câmeras de Segurança, tem por finalidade atender às necessidades da Administração Municipal, contribuindo para que os setores Administrativos desenvolvam o trabalho com eficácia e responsabilidade.

Considerando a necessidade do serviço seja feita no menor prazo possível, já que a situação se caracteriza emergencial, justificamos a presente solicitação.

Buscando dar celeridade ao procedimento, elaboramos uma pesquisa de preços para a prestação do serviço, obtendo um valor de R\$ 3.904,00 (Três Mil e Novecentos e Quatro Reais), já inclusas todas as despesas do serviço, junto a empresa **ZR SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.445.383/0001-20, com sede na Rua Durval de Souza Menezes, nº45, Jardim Ouro Branco, no município de Barreiras-BA.

Quanto á empresa **ZR SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.445.383/0001-20, informamos que esta dispõe de documentação e qualificação necessária para a prestação do serviço.

Com relação ao impacto orçamentário-financeiro, declaramos que os recursos necessários para custear essas despesas têm adequação orçamentaria e financeira com o orçamento vigente, não implicando em desequilíbrios para orçamentos subsequentes, nos termos dos artigos 16 e 17 da Complementar nº 101/2000.



003

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA**

**CNPJ Nº 13.654.454/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

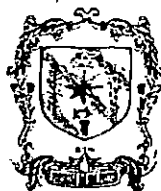
Por fim encaminhamos as informações com os orçamentos obtidos e demais documentos necessários, certo de sua habitual atenção, aguardamos manifestação.

| DESCRIÇÃO | UNI. | QUANT. |
|--------------------------|------|--------|
| CÂMERAS PARA DESINSTALAR | UNI | 8 |
| CÂMERAS PARA INSTALAR | UNI | 8 |

Atenciosamente,

Egnaldo Ribeiro Nascimento
Secretário de Transportes
Port. nº006/2021

Manoel Afonso de Araújo
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA**

**CNPJ Nº 13.654.454/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O amparo legal encontra-se no Art. 24, Inciso II, da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

2 – OBJETO

2.1. Constitui o objeto deste termo a prestação de serviço para instalação de Câmeras de Segurança, por dispensa de licitação, através do Art. 24,II, da Lei 8.666/93.

3 – DA JUSTIFICATIVA

A referida prestação de serviço para instalação de Câmeras de Segurança, tem por finalidade atender às necessidades da Administração Municipal, contribuindo para que os setores Administrativos desenvolvam o trabalho com eficácia e responsabilidade.

3.1. MOTIVAÇÃO

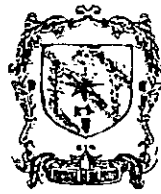
Considerando que a Secretaria Municipal de Transportes zela pela integridade dos servidores e municípios, faz-se necessário a contratação, executamos e planejamos compras e prestação de serviços durante todo o ano, dentre essas, a prestação de serviço se faz necessário para segurança do bem publico.

Considerando o intuito da Secretaria de Transportes em manter o bem publico conservado e em perfeito estado de uso para assim atender as demandas do município, se faz necessário a prestação de serviço.

Considerando a necessidade de que a prestação de serviço seja feita no menor prazo possível, já que a situação se caracteriza emergencial.

Considerando que o serviço requerido visa promover a regularidade na prestação do serviço público, com observância das normas vigentes.

Considerando o levantamento de preços realizado por esta Secretaria, com vistas a obtenção de proposta mais vantajosa, através de cotação com 03(Trés) empresas do ramo.



005

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA**

**CNPJ Nº 13.654.454/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

Considerando que empresa ofertante do menor valor dispõe de documentação e qualificação necessária para executar o objeto.

A fim de cumprir as normas que regem os serviços públicos, e a fim de zelar pelo bem público do município de Formosa do Rio Preto, em relações desempenhadas pela Secretaria Transportes se faz necessário o objeto deste Termo de Referência.

4 – DAS ESPECIFICAÇÕES

| | | | | ZR SOLUÇÕES LTDA | JB ALARMES INS. E MAN. ELÉTRICA EM GERAL LTDA | JL COMERCIO DE MATERIAS ELETR. LTDA |
|-----------------------|--------------------------|-------------|-----------|-----------------------------|--|--|
| IT E M | DESCRIÇÃO | UNI. | QT | VALOR TOTAL | VALOR TOTAL | VALOR TOTAL |
| 01 | CÂMERAS PARA DESINSTALAR | UN. | 8 | R\$ 720,00 | R\$ 760,00 | R\$ 784,00 |
| 02 | CÂMERAS PARA INSTALAR | UN. | 8 | R\$ 3.184,00 | R\$ 3.320,00 | R\$ 3.480,00 |
| TOTAL | | | | R\$ 3.904,00 | R\$ 4.080,00 | R\$ 4.264,00 |

5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 24(Vinte e quatro) horas, após o recebimento da ordem de serviço.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em até 30(Trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1. As despesas deste processo correrão por conta da dotação orçamentaria vigente, a qual será apontada pelo setor competente.



006

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ Nº 13.654.454/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Formosa do Rio Preto, 11 de julho de 2021

Egnaldo Ribeiro Nascimento
Secretário de Transportes
Port. nº006/2021

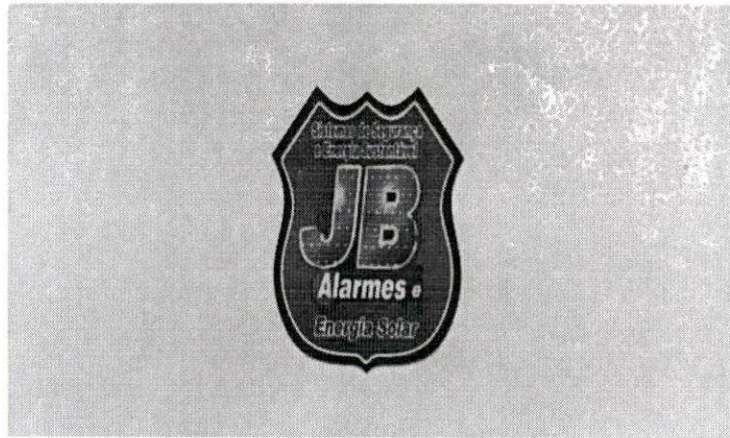
Manoel Afonso de Araújo
Prefeito Municipal

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESINSTALAÇÃO DE KIT CFTV DA SECRETARIA DE TRANSPORTE NA ANTIGA SEDE (PARQUE DE VAQUEJADA) E INSTALAÇÃO DO MESMO KIT NA NOVA SEDE.

| QUANTITATIVO DE CÂMERAS | |
|--------------------------|---|
| CÂMERAS PARA DESINSTALAR | 8 |
| CÂMERAS PARA INSTALAR | 8 |

| Item | Descrição | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
|--------------------------------------|--------------------------|--------|-------------|-------------|
| 1 | CÂMERAS PARA DESINSTALAR | 8 | 90,00 | 720,00 |
| 2 | CÂMERAS PARA INSTALAR | 8 | 398,00 | 3184,00 |
| TOTAL (Três mil novecentos e quatro) | | | | 3904,00 |

| EQUIPAMENTO PARA SER RETIRADO | |
|-------------------------------|-------------------------|
| 1. | 1 DVR 8 CANAIS COM HD; |
| 2. | 2 FONTE 12V 10A; |
| 3. | 8 CAMERAS GIGA; |
| 4. | 16 CONECTORES BNC MOLA; |
| 5. | 10 CONECTORES P4 FEMEA |



JB ALARMES – INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL LTDA
CNPJ: 35.783.552/0001-06

Av Jose Bonifácio, S/N - São Miguel – Barreiras-BA

| QUANTITATIVO DE CÂMERAS | |
|--------------------------|---|
| CÂMERAS PARA DESINSTALAR | 8 |
| CÂMERAS PARA INSTALAR | 8 |

| Item | Descrição | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
|------------------------------|--------------------------|--------|-------------|-------------|
| 1 | CÂMERAS PARA DESINSTALAR | 8 | 95,00 | 760,00 |
| 2 | CÂMERAS PARA INSTALAR | 8 | 415,00 | 3320,00 |
| TOTAL (Quatro mil e oitenta) | | | | 4080,00 |

35.783.552/0001-06
JB ALARMES - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO
ELÉTRICA EM GERAL LTDA
 Av. José Bonifácio, Nº 144 - São Miguel
CEP: 47.800-410 - Barreiras - BA



009

10 585.524/0001-4
JL COMÉRCIO DE MATERIAS
ELETROELETRONICO LTDA
Aven. da José Bonifácio N.º 824
Terreço Sara Comercial
EP. 11.800-090 - Barreiras

JL COMERCIO DE MATERIAS
ELETROELETRONICO LTDA.

CNPJ: 10.585.524-00

Av. Jose Bonifácio, N. 824, Bairro: JK, BARREIRAS-BA.

| QUANTITATIVO DE CÂMERAS | |
|--------------------------|---|
| CÂMERAS PARA DESINSTALAR | 8 |
| CÂMERAS PARA INSTALAR | 8 |

| Item | Descrição | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
|---|--------------------------|--------|-------------|-------------|
| 1 | CÂMERAS PARA DESINSTALAR | 8 | 98,00 | 784,00 |
| 2 | CÂMERAS PARA INSTALAR | 8 | 435,00 | 3480,00 |
| TOTAL (Quatro mil duzentos e sessenta e quatro) | | | | 4264,00 |



010

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ Nº 13.654.454/0001-28

Formosa do Rio Preto, 27 de julho de 2022.

Ao

Ilmo. Sr. Manoel Marques da Silva Filho
M.D Presidente da Comissão de Licitações.

Senhor Presidente,

A Secretaria Municipal de Transportes, solicitou a autorização para Dispensa de Licitação, em favor da empresa **ZR SOLUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.445.383/0001-20, estabelecida na Rua Durval de Souza Menezes, nº 45, Jardim Ouro Branco – Barreiras – Bahia, para solicitação de empresa na prestação de serviços para instalação de Câmeras de Segurança, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Transportes, no valor de **R\$ 3.904,00 (três mil novecentos e quatro reais)**, com base no 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.


Considerando a motivação externada pela Secretaria, impende deixar evidente que aceitamos os motivos e a motivação e justificativa exteriorizada (existe motivo e a motivação consignada mostra-se coerente, verossímil e explícita), de maneira que existe interesse público. Assim, aprovo e **AUTORIZO** o objeto solicitado, determinando a abertura do PROCESSO competente.

O Termo de Referência está aprovado, pois atende ao Art. 26, da Lei federal nº 8.666/93, elaborado com amparo em estudos preliminares. Esse Termo possibilita a perfeita avaliação dos custos e a definição dos prazos. As especificações foram detalhadas no Termo de Referência.

Declaro que atende a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 15, 16 e 17) – a saber, indicação da fonte de custeio para arcar com o dispêndio, adequação da despesa com a Lei Orçamentária anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Determino a indicação orçamentária pela Setor Contábil e análise Jurídica pela Procuradoria Municipal.

Cumpra-se.



Manoel Afonso de Araújo
Prefeito Municipal



DSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ N° 13.654.454/0001-28

Formosa do Rio Preto, 27 de julho de 2022.

Ilmo Sr.

M.D. Presidente da Comissão.

Manoel Marques da Silva Filho

ASSUNTO: Dotação Orçamentária.

Senhor Presidente,

Em atenção à determinação do Exmo. Sr. Prefeito referente à indicação Orçamentária para Dispensa de Licitação, em favor da empresa **ZR SOLUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.445.383/0001-20, estabelecida na Rua Durval de Souza Menezes nº 45, Jardim Ouro Branco – Barreiras – Bahia, solicitação de empresa na prestação de serviços para instalação de Câmeras de Segurança, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Transportes, através do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 3.904,00 (três mil e novecentos e quatro reais)**, informo abaixo os seguintes recursos Orçamentários para atenderem as despesas:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para prestação de serviço do objeto licitado correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- . UNIDADE: 0204000 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTES;
- . ATIVIDADE: 26.782.010.2.018 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUN. DE TRANSPORTES;
- . ATIVIDADE: 3.3.90.30.00 – 1500 – MATERIAL DE CONSUMO;
- . MATERIAL DE CONSUMO - 3.3.90.39.00 – 1500 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ.

Atenciosamente,


Adailton Oliveira Souza
Técnico Contábil
CRC/BA 027892/O-3



212

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ N° 13.654.454/0001-28

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1.901/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 054/2022

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

JUSTIFICATIVA DO SETOR DE LICITAÇÃO

O Presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no Caput e parágrafo único, I, II, III, do Art. 26, da Lei n° 8.666/93, como antecedente necessário à contratação com dispensa ou inexigibilidade, conforme cada caso concreto assim exigir.

I – OBJETO: Solicitação de empresa na prestação de serviços para instalação de Câmeras de Segurança, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Transportes, por dispensa de licitação, através do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

II – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando a solicitação de dispensa de licitação do objeto acima descrito, com base no art. 24, inciso II, da lei federal 8.666/93, manifestada por seu Secretário;

Considerando que o valor global **R\$ 3.904,00 (TRÊS MIL E NOVECENTOS E QUATRO REAIS)**, foi devidamente analisado pela Secretaria, em relação aos itens constantes no orçamento de futura execução;

Opina pela escolha da empresa **ZR SOLUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 28.445.383/0001-20, para execução do objeto desse termo de Dispensa de Licitação.

III - FUNDAMENTAÇÃO:

Fundamenta-se esta Dispensa de Licitação, com base na Lei 8.666/93, Art. 24, Inciso II:


“Art. 24 É dispensável a licitação:

...


II - Para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.”

Formosa do Rio Preto, 27 de julho de 2022.

Comissão de Licitação


Darlene do Socorro R. de Souza
Membro


Manoel Marqués da Silva Filho
Presidente da Comissão de Licitação


Geida Nara Nogueira de Oliveira
Membro



013

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ N° 13.654.454/0001-28

Formosa do Rio Preto – Bahia, 27 de julho de 2022.

A


Ilma. Sra. Malena de Souza Gomes Moreira
M.D Assessoria Jurídica.

Prezada Assessora,

Atendendo a determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, estamos encaminhando o processo de Dispensa de Licitação, em favor da empresa **ZR SOLUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.445.383/0001-20, estabelecida na Rua Durval de Souza Menezes Jardim Ouro Branco – Barreiras – Bahia, para solicitação de empresa na prestação de serviços para instalação de Câmeras de Segurança, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Transportes, através do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 3.904,00 (três mil e novecentos e quatro reais)**. Solicito que essa Assessoria emita um parecer opinativo quanto a contratação.

Todo o processo deve atender ao que estabelece a Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes.

Atenciosamente,


Manoel Marques da Silva Filho
Presidente da Comissão de Licitações



054

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.901/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 054/2022

PARECER JURÍDICO

Ementa: Direito administrativo. Dispensa de Licitação para solicitação de empresa na prestação de serviços para instalação de Câmeras de Segurança, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Transportes, através do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Possibilidade.

DOS FATOS

Trata-se de solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, objetivando a análise acerca da possibilidade solicitação de empresa na prestação de serviços para instalação de Câmeras de Segurança, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Transportes, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Transportes, por dispensa de licitação em Formosa do Rio Preto – Bahia, através do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93,

DA ANÁLISE

Do que se extrai da análise acurada da situação fática é que o objetivo da solicitação de parecer é aferir a possibilidade de dispensa de licitação. Assim, para exame da espécie, procedemos à interpretação da legislação aplicável ao caso, analisando os autos do processo administrativo, nos termos que se seguem.

Destaco que a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados. Neste passo, a função desta Assessoria Jurídica é apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada. Saliento que o exame



25

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

dos autos se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, os de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Portanto o Parecer Jurídico possui caráter meramente opinativo, sendo restrito aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

Como cedição, o processo licitatório é regido pela Lei Federal nº 8.666/93, denominada Lei de Licitações e Contratos. Trata-se de um procedimento administrativo utilizado pela Administração Pública, que tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa, por meio de critérios objetivos e impessoais, visando a celebração de contratos relacionados a obras, serviços, compras e alienações, mediante processo que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, cujo processamento e julgamento deve se realizar em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, conforme disciplina o art. 3º da respectiva lei.

Note que, o Processo de Licitação se reveste do princípio da obrigatoriedade, consagrado, de início, no art. 37, XXI, da Constituição Federal e reproduzido no art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo qual deve considerar-se obrigatória a realização do certame em quaisquer situações, ressalvados apenas os casos mencionados na lei. Vejamos, respectivamente:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de



DJG

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

1998)

[...];

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifei) Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Acerca da obrigatoriedade e respectivas ressalvas leciona José dos Santos Carvalho Filho:

O princípio da obrigatoriedade da licitação impõe que todos os destinatários do Estatuto façam realizar o procedimento antes de contratarem obras e serviços. Mas a lei não poderia deixar de ressaltar algumas hipóteses que, pela sua particularidade, não se compatibilizam com o rito e a demora do processo licitatório. A ressalva à obrigatoriedade, diga-se de passagem, já é admitida na própria Constituição, a teor do que estabelece o art. 37, XXI. Regulamentando o dispositivo, coube ao legislador a incumbência de delinear tais hipóteses específicas, o que fez no art. 24 do Estatuto.

Como se nota, em que pese a regra de se exigir da Administração o cumprimento do dever de licitar, há situações que autorizam a formalização de contratações diretas, seja por ausência de competição ou pela morosidade no atendimento do interesse público.

Nesse sentido são as lições de Rafael Carvalho:

Em determinadas hipóteses a licitação será considerada inviável por ausência de competição ou será inconveniente (ou inoportuna) para o atendimento do interesse público. Nessas



017

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

situações, a legislação admite a contratação direta devidamente motivada e independentemente de licitação prévia.

Segundo Hely Lopes Meirelles, “a lei diversificou os casos em que a Administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível”.

Note que, as hipóteses de dispensa de licitação representam exceções à regra constitucional da licitação, o que autoriza o administrador a dispensar, por razões de conveniência e oportunidade e proceder à contratação direta.⁵ Em razão dessa excepcionalidade as hipóteses de dispensa de licitação possuem rol taxativo. É como prescreve Carvalho Filho:

Há, porém, dois aspectos preliminares que merecem ser considerados. O primeiro diz respeito à excepcionalidade, no sentido de que as hipóteses previstas no art. 24 traduzem situações que fogem à regra geral, e só por essa razão se abriu a fenda no princípio da obrigatoriedade.

O outro diz respeito à taxatividade das hipóteses. Daí a justa advertência de que os casos enumerados pelo legislador são taxativos, não podendo, via de consequência, ser ampliados pelo administrador. Os casos legais, portanto, são os únicos cuja dispensa de licitação o legislador considerou mais conveniente ao interesse público.

No caso em apreço, busca-se pela contratação direta da empresa **ZR SOLUÇÕES LTDA**, por meio de **Dispensa de Licitação para Solicitação de empresa na prestação de serviços para instalação de Câmeras de Segurança, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Transportes**, Considerando as informações e documentos encartados aos autos, verifica-se que o respectivo pedido de dispensa de licitação se enquadra nas disposições constantes do **art. 24, II, da Lei nº 8.666/93**, que assim prescreve:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...];

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos



058

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; [...].

De acordo com o art. 24, I, da Lei de Licitação, por se tratar de compra direta, o limite para a dispensa de licitação é de até **10% do valor previsto no art. 23, II, "a", da Lei 8.666/93, referente ao valor relativo à modalidade convite para obras e serviços de engenharia, que estipula a quantia de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), conforme nova redação dada por força do Decreto nº 9.412, de 18 de Junho de 2018, resultando em R\$17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais).**

No caso em tela, o valor da aquisição é de R\$ 3.904,00 (três mil novecentos e quatro reais), ficando, portanto, bem abaixo dos R\$17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais) permitido pela lei.

Ainda se ressalta que este tipo de ato, apesar de discricionário, devido à sua importância e necessidade extrema de idoneidade, **se submete ao crivo de fundamentada justificativa.**

Nesse sentido é o que estabelece o parágrafo único, do artigo 26, da Lei 8.666/93, senão vejamos:

[...] Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II – razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III – justificativa do preço;
- IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Neste particular, destaco a presença do **Termo de Referência** subscrito pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recurso Hídricos de Formosa do Rio Preto, com justificativa inclusa no "item 3".



019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

Assim, resta comprovada a necessidade de aquisição, tendo em vista a demanda dos produtos solicitados.

Em relação à justificativa do preço, ressalta-se que, a contratação direta só será possível se o preço ofertado for compatível com as condições regulares de mercado. É como se expressa Marçal Justen Filho, para o qual “a Administração deverá buscar a maior qualidade e o menor desembolso possíveis, segundo a natureza do interesse a ser satisfeito. Entre propostas de qualidade equivalente, deverá escolher-se a de menor preço”.

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

Nesse sentido é o que tem assentado o Tribunal de Contas da União:

“[...] Quanto ao preço, é certo que, mesmo nos casos de contratações diretas, deve ser justificado, a teor do art. 26, III, da Lei 8.666/93. Ressalte-se que este Tribunal tem entendido que a apresentação de cotações junto ao mercado é a forma preferencial de se justificar o preço em contratações sem licitação (dispensa de licitação), devendo ser cotadas, no mínimo, 3 propostas válidas de empresas do ramo; ou, caso não seja viável obter esse número de cotações, deve-se apresentar justificativa circunstanciada (Informativo TCU 188/2014). E, nos casos de inviabilidade de licitação, este Plenário se manifestou, conforme subitem 9.1.3 do Acórdão 819/2005, no sentido de que, para atender o disposto no inciso III do art. 26 da Lei de Licitações, poder-se-ia fazer uma comparação entre os preços praticados pelo fornecedor exclusivo junto a outras instituições públicas ou privadas. [...]” (grifei) (ACÓRDÃO 1565/2015 – ATA 24/2015 – PLENÁRIO 24/06/2015).

Compulsando os autos, verifica-se a presença de 03 (três) orçamentos, sendo que a empresa, **apresentou a menor cotação para os bens que se deseja adquirir.**



020

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

No que concerne aos critérios de habilitação/regularidade, infere-se que, nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de: Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991); Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

Conforme disciplina os arts. 27 a 31, da Lei 8.666/93, a regularidade é medida que se impõe ao licitante, a fim de que se comprove sua situação regular, inclusive com o fisco, condição sine qua non para que o mesmo seja habilitado no certame, possibilitando assim, contratar com a Administração Pública.

Analisando os autos, verifica-se que os requisitos de regularidade foram atendidos.

De acordo com a Lei de Licitações, após a cotação, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômicofinanceira, regularidade fiscal, bem como atendimento ao termo de referência, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV.

DA CONCLUSÃO



021

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

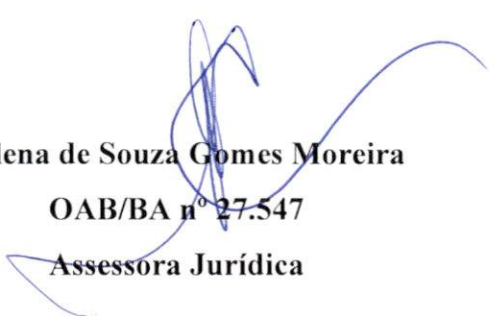
Postas as orientações e apontamentos alhures, e por tudo mais que dos autos consta, resguardado o poder discricionário do gestor quanto à oportunidade e conveniência do ato administrativo, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela possibilidade jurídica de adoção da modalidade de Dispensa de Licitação, nos moldes do art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Ressalta-se que não foram analisados os aspectos técnicos orçamentários e financeiros, a conveniência/oportunidade no presente, bem como as especificidades técnicas do objeto, por não serem de competência desta Assessoria Jurídica.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

À autoridade superior para apreciação.

Formosa do Rio Preto BA, 27 de julho de 2022.


Malena de Souza Gomes Moreira
OAB/BA nº 27.547
Assessora Jurídica

022




PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ Nº 13.654.454/0001-28

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.901/2022**

Dispensa de Licitação Nº 054/2022. Processo Administrativo nº 1.901/2022, em favor da empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.445.383/0001-20, estabelecida na Rua Durval de Souza Menezes, nº 45, Jardim Ouro Branco - Barreiras - Bahia, para solicitação de empresa na prestação de serviços para instalação de Câmeras de Segurança, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Transportes, por dispensa de licitação, no valor de **RS 3.904,00 (três mil novecentos e quatro reais)**.

Fundamentação: Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **AUTORIZO** a presente **RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Formosa do Rio Preto, 27 de julho de 2022



Manoel Afonso de Araújo
Prefeito Municipal.

VOLTAR

CONSULTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.445.383/0001-20

Razão Social: ZR SOLUCOES LTDA

Endereço: R DURVAL DE SOUZA MENEZES 45 / JARDIM OURO BRANCO / BARREIRAS
/ BA / 47802-174

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

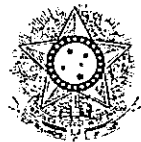
Validade: 14/07/2022 a 12/08/2022

Certificação Número: 2022071402255274691156

Informação obtida em 14/07/2022 09:18:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

024



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ZR SOLUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.445.383/0001-20

Certidão nº: 22260583/2022

Expedição: 14/07/2022, às 09:19:43

Validade: 10/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ZR SOLUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.445.383/0001-20**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

025



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ZR SOLUCOES LTDA
CNPJ: 28.445.383/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:05:21 do dia 27/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/12/2022.

Código de controle da certidão: **E556.F750.20A9.76FB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

026

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20223238369

| | |
|--------------------|--------------------|
| RAZÃO SOCIAL | |
| ZR SOLUCOES LTDA | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL | CNPJ |
| 143.501.204 | 28.445.383/0001-20 |

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 14/07/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



Prefeitura Municipal de Barreiras
SECRETARIA DA FAZENDA/SETOR DE TRIBUTOS
Av Barão do Rio Branco, 149 Centro Empresarial
Vila Rica - BARREIRAS - BA CEP: 47813-010
CNPJ: 13.654.405/0001-95

027

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número: 001511/2022.E

Nome/Razão Social: ZR SOLUCOES LTDA
Nome Fantasia: ZR SOLUCOES
Inscrição Municipal: 000021380 CPF/CNPJ: 28.445.383/0001-20
Endereço: RUA DURVAL DE SOUZA MENEZES, 45
JARDIM OURO BRANCO BARREIRAS - BA CEP: 47802-174

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Observação:

Esta certidão foi emitida em 26/04/2022 com base no Código Tributário Municipal.

Certidão válida até: **25/07/2022**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: 8600007036570000118808090001511202204261



Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:
<https://barreiras.saatri.com.br>, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.